



## ORGANIZAÇÕES E SEUS IMPACTOS PARA O DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO DA REGIÃO

### RESUMO

O presente ensaio teórico tem como objetivo identificar os impactos gerados pelas organizações para o desenvolvimento e subdesenvolvimento da região. Observou-se em uma visão crítica que o desenvolvimento organizacional ainda é pautado em um contexto histórico de uma sociedade capitalista e industrial (unidimensional). Argumenta-se que, o papel das organizações como agentes sociais, representa uma contraposição a visão fragmentada da empresa baseada na competitividade apenas para ganhos de escala e participação mercadológica, estabelecendo novas possibilidades para impulsionar o desenvolvimento regional. Os resultados da discussão evidenciam que nas regiões subdesenvolvidas a predominância do estruturalismo como sistema analítico, e uma estrutura institucional incompatível com a acumulação de capital e progresso técnico. Já nas regiões desenvolvidas, as organizações atuam de forma multidimensional, e seus interesses estão pautados pelas suas repercussões sociais. Por fim conclui-se que o ponto diferencial entre desenvolvimento e subdesenvolvimento de uma região reside na maneira pela qual o excedente econômico é apropriado, utilizado e distribuído.

**Palavras-chaves:** Desenvolvimento Organizacional; Desenvolvimento Regional; Região.

### 1 INTRODUÇÃO

A evolução e o papel das organizações constituem-se em tema historicamente abordados nas ciências sociais e aplicadas e hoje como tema emergente no desenvolvimento regional com enfoque na sustentabilidade. Ressalta-se que as organizações não se constituem como sendo o único fator influente no desenvolvimento ou subdesenvolvimento de uma região, pois este associa-se a complexos elementos e especificidades territoriais, culturais, políticas, econômicas, sociais e ambientais (SANTOS, 1982; LENCIONI, 1999; ETGES; DEGRANDI, 2013).

Inicia-se, assim, com o conceito de desenvolvimento, que foi sendo revisado à medida em que os estudos a respeito do tema foram transformando o seu entendimento. Conquanto, em um primeiro momento, o sistema econômico de acumulação do capital ditava os princípios de produção e, conseqüentemente, de visão unidimensional para as organizações, entende-se que tal mecanismo positivista não encontra mais subsídios que justifiquem a sua adoção nos dias de hoje (FONTOURA; TENÓRIO, 2020).

O contexto histórico das dinâmicas sociais e organizacionais ganham relevância, visto que o período industrial é pautado por uma série de mudanças socioeconômicas, sugerindo



assim uma crise no sistema rígido de capital e indicando a possível pluralidade do termo “desenvolvimento”, não mais ancorado em bases meramente econômicas, mas alicerçado em novas camadas de conhecimento, em dimensões sociais, culturais, ambientais e territoriais. O novo espectro epistemológico do conceito de desenvolvimento é pautado por uma lógica igualmente multidisciplinar e interdisciplinar, fazendo com que exista a necessidade de relacionar uma justaposição semântica ou área de conhecimento caracterizada pelo local onde as intervenções estratégicas são moduladas (GRZYBOVSKI *et al.*, 2014).

Já nas regiões subdesenvolvidas, a predominância do estruturalismo como sistema analítico, que tem por base a caracterização das economias periféricas ou subdesenvolvidas (VIEIRA, 2020). Os aspectos principais, nesse contraste de acordo com Borges (2007) referem-se: à baixa diversidade produtiva, reduzida integração horizontal e vertical; insuficiente infraestrutura, especialização em bens primários, heterogeneidade tecnológica, oferta ilimitada de mão-de-obra desqualificada e estrutura institucional incompatível com a acumulação de capital e progresso técnico.

Uma chave de leitura adotada neste estudo é pensar nas organizações como atores ativos e agentes fomentadores do desenvolvimento regional, os quais sejam capazes de reduzir os índices de subdesenvolvimento das regiões, resignificando a forma de relacionamento entre região, sociedade e organizações, a partir da criação conjunta de valor singular para cada indivíduo, que também seja sustentável para as empresas, a partir da construção de estratégias organizacionais que tenham como foco o bem-estar da sociedade. Para tanto, o objetivo deste ensaio é **identificar os impactos gerados pelas organizações para o desenvolvimento e subdesenvolvimento da região.**

No intuito de atender a esse objetivo, parte-se do princípio que o desenvolvimento pode ser entendido como um processo dialógico entre arranjos territoriais, regionais associado aos ambientes social e ambiental no contexto globalizado baseado na multidimensionalidade e pluralidade (FONTOURA, 2019). Neste contexto, as organizações deixam de olhar somente para sua estrutura interna para promover mudanças, mas ampliam o seu olhar para outras perspectivas, passam a preocupar-se com as externalidades que seus processos industriais geram para a região a qual ela está inserida, e passam a promover ações que incentivam o desenvolvimento regional.

Análise da literatura proposta nos remete a uma reflexão acerca dos impactos que a chegada de uma organização gera tanto para o desenvolvimento quanto para o subdesenvolvimento de uma região. Essa revisão ajuda a construir uma “nova” perspectiva para investigar os estudos organizacionais e, para além disso, propor novas formas de



produção do conhecimento. Igualmente, convém deixar claro que a proposta de leitura desse ensaio não tem pretensão de relativizar a contribuição das organizações para a evolução de nossa sociedade, mas sim apresentar uma perspectiva de leitura que possibilite a conexão com o contexto atual que vem se revelando insuficiente para responder às mudanças sociais e econômicas que a nossa sociedade vem passando.

Com base no propósito enunciado anteriormente, o texto foi organizado, além desta introdução, em cinco partes: no item 2, buscou-se apresentar alguns conceitos sobre desenvolvimento regional e suas aproximações com o regional. Em seguida no item 3, é realizada uma breve revisão teórica sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento sob a ótica organizacional. Na sequência no item 4, têm-se o papel das organizações na redução do subdesenvolvimento e no fomento do desenvolvimento da região. Finalmente, no item 5, a título de considerações finais, nas quais se busca evidenciar os resultados da pesquisa em questão.

## **2 DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E SUA APROXIMAÇÃO COM O REGIONAL**

A “teoria” do Desenvolvimento Organizacional (DO) acompanhou a evolução dos estudos organizacionais, sendo cada vez menos pautada pela lógica dos campos de administração e gestão enquanto matrizes funcionalistas e positivistas, balizados na acumulação rígida de capital, e mais alinhado com as subjetividades humanas por trás dos processos (FONTOURA; TENÓRIO, 2020; GRYBOVSKY *et. al*, 2014; SIEDENBERG, 2012). Desta forma, o DO pode ser identificado como um conjunto de medidas aplicadas a partir de um planejamento prévio, cujo objetivo está em modificar ou implementar novas formas de trabalho na organização. A substituição de modelos de configuração do trabalho, neste caso, poderia ocorrer tanto no âmbito estrutural, com alterações na esfera gerencial, aspectos referentes à rede de comunicações, divisão do trabalho ou no relacionamento interno com o externo, por exemplo, quanto no que concerne o comportamental, em vistas de promover o seu crescimento e aprimoramento de processos (LOBOS, 1975).

Kegan (1971), e Gomes (1978) aprofundam o conteúdo ao relaciona-lo com mudanças de caráter ambiental, generalizadas para toda a organização e estimulando uma série de práticas, buscando a inovação e adaptação ao cenário socioeconômico vigente e sendo capaz de reposicionar a empresa no mercado. Muito mais do que uma estratégia educacional para a organização, visa o crescimento humano, ancorado em processos de colaboração e



participação, em que o respeito pelas pessoas, a confiança, a equalização do poder e a participação de todos os envolvidos balizam a estratégia (LEITE; ALBUQUERQUE, 2010).

O objetivo, neste caso, está em modificar crenças e atitudes da organização a partir dos seus valores internos e quanto estes refletem o ambiente, para então se adaptar ao mercado e ao próprio ritmo de mudanças constantes. Considera-se que o ambiente das organizações tem sofrido alterações significativas nas últimas duas décadas: se antes este tinha sua configuração balizada em estabilidade e previsibilidade, criando processos mecânicos e repetitivos, na visão contemporânea as mudanças ocorrem de forma muito mais acelerada, impondo às empresas a admissão de modelos mais orgânicos, adaptáveis à volatilidade ambiental e com atividades exercidas de forma mais individualizada pelos profissionais que compõe as equipes. Kegan (1971) reforça sobre a importância da quebra de padrões comportamentais, muitas vezes balizados em uma gestão tradicional e pautada pela cultura do “lucro a qualquer custo”, que podem impedir a apropriação do seu potencial humano.

Citando as inerências sociais do modelo, percebe-se também a sua complexidade e multidimensionalidade. O Desenvolvimento Organizacional Multidimensional (DOM) apresenta uma perspectiva mais abrangente e desassociada aos modelos padronizados de organizações delimitadas apenas às suas atribuições de acumulação rígida de capital, não focando somente em valores como eficiência, controle e resultado, mas muito mais pautadas pelas suas repercussões sociais para o desenvolvimento (FONTOURA; TENÓRIO, 2020; FONTOURA, 2019; CEPAL 2014). Além dos pressupostos sociais, abarca também as questões territoriais, normalmente não mencionados em análises tradicionais de gestão empresarial na linha da discussão de fatores estruturantes nas dinâmicas organizacionais, tema que merece ainda uma agenda de pesquisa no campo dos estudos organizacionais.

Ao entender o modelo como multidimensional, aspectos referentes a territorialidade em questão ganham destaque, relacionando o processo de desenvolvimento como sendo heterogêneo no espaço e relativo a aspectos como a distribuição dos recursos naturais disponíveis ou a capacidade de acumulação de capital de cada local, por exemplo (FONTOURA, 2019). Por este motivo, também não pode ser considerado síncrono, visto que as diferentes regiões se organizam e desenvolvem em velocidades diversas.

Com relação ao Desenvolvimento Regional, entende-se que a organização tem seu papel refletido enquanto um viés de contribuição, ao entrar em associação com as outras perspectivas deste cenário multidimensional. Assim, aborda questões sociais e regionais para promover processos de inovação sustentável, alinhada com os aspectos territoriais e demais



subjetividades inerentes. Ao mesmo tempo, o próprio conceito em si traz uma série de questões com relação a sua epistemologia, visto que a sua complexidade multidisciplinar e multiescalar muitas vezes não é contemplada nas análises existentes.

Para que o desenvolvimento ocorra de forma horizontalizada e levando em consideração o contexto da realidade atual, é preciso “conhecer em profundidade a região em questão, identificar suas potencialidades e construir instrumentos de coesão social em torno de propósitos comuns à população envolvida” (ETGES; DEGRANDI, 2013, p. 92). A redefinição do enfoque global para o regional no que tange o desenvolvimento organizacional faz com que o olhar, antes preocupado com o todo, passe a buscar entender a identidade dos territórios para assim se tornar competitiva.

Sobre o desenvolvimento local, considera-se que este não é universalizável, porém permite a apresentação de práticas que valorizam tanto a economia quanto a cultura, não os mantendo restritos à organização ou ao estado, mas partilhando-os com a sociedade. Pires (2007), ressalta que esta reorganização das práticas territoriais no que tange a valorização da cultura e da sociedade para o desenvolvimento econômico, afeta e é afetada em escala global quando apresenta outras possibilidades, muito mais baseadas na sustentabilidade como um recurso capaz de, a longo prazo, tornar as diversas regiões mais equilibradas e, quem sabe, até mesmo menos desiguais.

Assim, as estratégias de desenvolvimento organizacional sob o ponto de vista territorial levam em conta os aspectos mencionados, fazendo com que a relação entre os agentes envolvidos no processo, ou seja, região, organização e sociedade, ocorra de forma simbiótica e com ganhos em comum. O desenvolvimento, neste caso, não aconteceria de forma verticalizada, mas a partir dos múltiplos propulsores afetados, transpondo as barreiras econômicas e levando em consideração as territorialidades. Dessa forma, se faz necessário realizar uma breve revisão teórica sobre o que é desenvolvimento e subdesenvolvimentos sob a ótica organizacional.

### **3 UMA BREVE REVISÃO TEÓRICA SOBRE DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO SOB A ÓTICA ORGANIZACIONAL**

Durante muito tempo o conceito de crescimento foi pautado exclusivamente por constructos positivistas e mecanicistas, ancorado somente na sua perspectiva econômica. Fatores quantitativos como o produto interno bruto, a média salarial e o poder de compra de determinada região, por exemplo, eram considerados os únicos indicativos de desenvolvimento. Siedenberg (2012) relaciona desenvolvimento e crescimento a progresso,



termo em constante transformação visto que é atravessado por inúmeras variáveis e múltiplas aplicações. Assim, de acordo com a justaposição semântica em que se encontra, seu significado é imbuído de novas atribuições e interpretações. Por não ser um termo neutro, de forma isolada pode não apresentar nenhuma acepção relevante para a discussão (GRZYBOVSKI *et al.*, 2014), mas, por mais saturada que esteja a sua utilização, seu papel está intimamente ligado a validar as diferentes propostas que o envolvem.

Ao somar-se noções econômicas, por exemplo, observa-se que o alargamento da distância entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos é ainda maior, em uma simbiose que afeta diretamente outros setores destes territórios. O baixo nível de renda, por exemplo, afeta diretamente questões referentes ao investimento e à produtividade. Assim, passa-se a discutir também os fatores históricos, políticos e culturais que permeiam o desenvolvimento (NURKSE, 1969; BARBOSA, 2018).

Sobre este assunto, Furtado (2009) ressalta a linha de pensamento que coliga desenvolvimento a economia é falha quando não considera a dimensão histórica do tema, além dos múltiplos e distintos sistemas econômicos que acontecem de maneira independente em diferentes tempos ou espaços. Assim, enquanto o período pré-revolução industrial traz o desenvolvimento econômico como meramente a soma de pequenas unidades econômicas e de divisão geográfica do trabalho, a primeira fase do desenvolvimento industrial traz uma modificação na estrutura da distribuição de renda, gerando uma série de intempéries e novas tendências que influenciavam diretamente o ritmo de crescimento. A segunda etapa do desenvolvimento das economias industriais é marcada pela falta de elasticidade da oferta de mão de obra e um “desequilíbrio entre a capacidade de produção de bens de capital e a possibilidade de absorção destes” (FURTADO, 2009, p. 156). Assim, em uma realidade em que a tendência de crescimento da oferta de capital é mais acentuada do que a de trabalho, a redistribuição de renda em prol dos trabalhadores apresenta forte apelo.

A tomada de decisões balizadas em constructos positivistas e mecanicistas, típico do desenvolvimento da sociedade industrial influencia o entendimento do conceito de desenvolvimento, em um primeiro período, apresentando características unidimensionais (FONTOURA, 2019). Em um novo momento, em que o avanço da tecnologia e da globalização permite um maior equilíbrio na distribuição de renda, inicia-se um novo ciclo de desenvolvimento. Percebe-se, neste sentido, a necessidade de elaborar um pensamento mais estratégico dos territórios, sociedades e organizações, como uma espécie de resposta aos novos desafios e dinâmicas que se formavam, com a criação de ambientes mais complexos e interativos.



Em um contraponto, a terceira etapa da expansão da economia industrial e da ampliação dos países capitalistas sobre as regiões colonizadas realça e ressalta a dualidade econômica existente entre eles, e a questão do subdesenvolvimento contemporâneo atinge outros patamares. Furtado (2009) esclarece que o subdesenvolvimento não é uma condição pela qual todos os países que um dia se tornaram desenvolvidos já estiveram, mas sim um processo histórico autônomo, ao mesmo tempo influenciado por questões externas e relacionado a aspectos internos inerentes à determinada região. Relacionando os aspectos do desenvolvimento e subdesenvolvimento econômico, Nurkse (1969) reforça que o problema da formação de capital e investimento limitado pela dimensão de mercado eram características dos países subdesenvolvidos, o que se refletia em um baixo nível de renda e de produtividade – ou seja, um crescimento desequilibrado.

Na linha do tempo do desenvolvimento pós-industrial, que acompanha ao mesmo tempo as mudanças acerca do entendimento do que seria desenvolvimento e da forma de se conceber os marcos industriais, características referentes à utilização da tecnologia e da comunicação como sistemas integrados, somam-se a uma acumulação flexível, mudanças no ambiente e nas legislações trabalhistas e a implementação de mercados de nicho de forma muito mais intensa (FONTOURA, 2019) Assim, em uma breve contextualização histórica, percebe-se que mudanças no funcionamento industrial, e aspectos referentes ao aumento da produtividade do trabalho e distribuição do produto social, e como isso impacta o funcionamento da sociedade como um todo, também refletem no entendimento de desenvolvimento (COSTA II, 2020).

Fatores históricos, culturais e políticos, além da tecnologia, alocação de recursos e modernização da sociedade em geral são aspectos citados por Rostow apud Grzybovski (2014) como fundamentais para o entendimento do conceito de desenvolvimento econômico. Porém, o avanço no entendimento da necessidade de relacionar o tema à constructos sustentáveis e contemporâneos fez com que houvesse um afastamento de sua noção unilateral enquanto meramente crescimento econômico, buscando se relacionar também com as territorialidades e suas características inerentes, por exemplo (GRZYBOVSKI *et al.*, 2014).

Ao associar-se com os estudos organizacionais, o contexto histórico das dinâmicas sociais e o aprimoramento de técnicas de gestão sustentável ganham relevância, visto que o período industrial é pautado por uma série de mudanças socioeconômicas, sugerindo assim uma crise no sistema rígido de capital e indicando a possível pluralidade do termo desenvolvimento, alicerçado em novas camadas de conhecimento e em nas dimensões sociais, culturais, ambientais, políticas e territoriais (FONTOURA, 2019).



Neste sentido, estudos organizacionais adquirem novos significados, e a visão unidimensional pautada pela tríade eficiência, controle e resultado, amplia a função das organizações, não mais unicamente como espaços de acumulação rígida de capital, mas com repercussões sociais relevantes para sua sustentabilidade a longo prazo (FONTOURA, 2019). As novas práticas de investigação do campo estão mais apoiadas em técnicas de pesquisa social, por exemplo, que fornecem o arcabouço conceitual que não é possível somente com teorias da administração, identificando assim seu ecletismo inerente (BARBOSA, 2018).

A apreensão dos estudos organizacionais como fenômenos multiparadigmáticos implicam no seu entendimento a partir de diferentes frentes, relacionando-se com as experiências dos sujeitos envolvidos na sua prática. Leva-se em consideração muito mais do que valores tangíveis, ocorrendo uma aproximação com os indivíduos por trás dos processos e estratégias de gestão, suas subjetividades e valores intangíveis (BARBOSA, 2018). Entender este campo fundamentalmente funcionalista-positivista a partir de uma perspectiva qualitativa, propicia uma interpretação para além do tradicional, que leva em consideração os paradigmas sociais emergentes e contemporâneos, e alinhado às novas práticas administrativas vigentes (BOAVA; MACEDO, 2011). A seguir, aprofunda-se sobre o papel das organizações na redução do subdesenvolvimento e no fomento do desenvolvimento da região.

#### **4 O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES NA REDUÇÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO E NO FOMENTO DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO**

Pensar no papel das organizações para a redução do subdesenvolvimento e no fomento do desenvolvimento regional tem sido considerada como um dos principais desafios no debate sobre o desenvolvimento. Harmonizar os objetivos econômicos aos sociais e ambientais ainda é uma equação de difícil resolução (BONNAL; CAZELLA; DELGADO, 2012).

A partir do momento em que as organizações olham para o processo de desenvolvimento organizacional de forma multidimensional, com o foco no valor compartilhado, em que a competitividade de uma empresa e a saúde das comunidades em torno dela são mutuamente dependentes, precisando relacionar-se em constante sinergia, analisando todas as externalidades que compõem os modelos de produção (SMITH, 1988). Assim, as organizações passam a ser consideradas como importantes agentes de fomento do desenvolvimento regional.

Nesta senda, evidencia-se a importância de as organizações adotarem estratégias que incentivam a sustentabilidade social e organizacional a partir de um pensamento coletivo que





privilegie o desenvolvimento sustentável das organizações, que serve como um contramovimento às iniciativas baseadas na massificação e na acumulação rígida de capital que fomentam o subdesenvolvimento. Assim, as organizações terão o papel de desenvolver ações que priorize a sustentabilidade organizacional em equilíbrio com as necessidades sociais da região que ela está inserida, desprendido de limites tradicionais, capaz de desconstruir discursos estruturados de manipulação presentes nas ações das indústrias e na sociedade do consumo historicamente constituída.

Com o passar dos anos, o interesse das organizações pela dimensão espacial dos fenômenos econômicos e sociais vem se fortalecendo, isso se explica, a partir do momento em que alguns estudiosos tentam aclarar o desenvolvimento (social e econômico) ascendente de algumas regiões e o declínio de outras através da compreensão da sua configuração espacial. De fato, a variável espacial passou a obter relevância, a partir do momento que ela serve como base para se compreender o dinamismo de determinadas regiões e suas relações com o desempenho dos atores e das instituições (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2006). Os mesmos autores ressaltam que o dinamismo é explicado com base no pensamento ao qual, quanto maior for a proximidade dos atores que atuam em um determinado espaço, maiores serão as possibilidades do surgimento de ações coletivas que priorizem a troca de experiências e a formação de redes de colaboração que ampliariam a espessura e a densidade das relações sociais e, como consequência, favoreceriam o surgimento de oportunidades inovadoras de desenvolvimento regional.

Nessa esteira, as organizações têm como papel trabalhar em seus processos a ideia do valor compartilhado, em que os objetivos organizacionais e a saúde das comunidades que compõe um determinado território são mutuamente dependentes, as quais precisam se relacionar em constante sinergia, respeitando as diversidades de cada região, para que seja possível atingir o desenvolvimento regional e combater o subdesenvolvimento que cresce em diferentes regiões.

Conquanto as organizações olharem para o seu processo de desenvolvimento sob égide da dimensão territorial, cria-se um ambiente interativo de múltiplas possibilidades, valorização da subjetividade e dos aspectos singulares não generalizadores, na epistemologia da ciência do desenvolvimento regional de um território histórico não visto como um mero receptáculo da atividade econômica na escala regional nacional ou global (BRANDÃO, 2011). Assim, as organizações passam a ter o papel de agentes sociais ativos no desenvolvimento de sua região, a partir de uma lógica do desenvolvimento endógeno.



A partir, desse novo olhar, onde as organizações ressignificam o seu papel para com o desenvolvimento regional, surge a possibilidade para se pensar em formações de produção e espaciais voltadas para o bem comum, colocando a sociedade em primeiro lugar e não somente os interesses de segmentos isolados do setor produtivo como amplamente difundido com o advento da sociedade industrial (CEPAL, 2014).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente ensaio teve por objetivo **identificar os impactos gerados pelas organizações para o desenvolvimento e subdesenvolvimento da região**. Observou-se que o desenvolvimento das organizações no Brasil tem sido pautado pela lógica do capital e seus processos, os quais ditam os princípios de produção e, conseqüentemente, de desenvolvimento unidimensional e subdesenvolvimento para algumas regiões.

Nesse cenário, apesar do modo de produção capitalista ser predominante, as regiões são diferentes, as organizações precisam pensar no processo de desenvolvimento, a partir de uma análise do território como um sistema que interage, e sofre influência de diferentes atores sociais. A partir dessa visão, surge a possibilidade de se considerar o desenvolvimento organizacional de forma multidimensional, desconstruindo interesses e resistências que servem como uma contraposição a visão fragmentada da empresa, baseada na competitividade apenas para ganhos de escala e participação mercadológica, estabelecendo novas possibilidades para impulsionar o desenvolvimento regional.

Os dados empíricos da pesquisa reforçam a reflexão teórica da importância das organizações ressignificarem o seu papel como agentes propulsores do desenvolvimento regional, criando estratégias permanentes de relacionamento com o social, o qual, o ser humano é percebido cada vez menos como mera força de trabalho e mais como ser social, levando em conta não só o seu rendimento, mas também sua visão de mundo, experiências e percepções. Entende-se, neste sentido, que, ao retornar o olhar para o subjetivo, o micro e o particular em detrimento do global e hegemônico, as organizações começam a ressignificar o seu papel para com o desenvolvimento regional.

Nessa esteira, o papel das organizações como agentes sociais, além de fomentar o desenvolvimento, devem estar mais alinhados à visão do desenvolvimento regional, ou seja, dos territórios em que estão inseridas. Esta definição tem relação com um espectro territorial defendido pelo desenvolvimento regional, na perspectiva da multidimensionalidade e multiescalaridade, na qual a organização passa a ser considerada como espaço não meramente voltado à acumulação rígida do capital, mas sim como organização social.



Os resultados da discussão proposta neste ensaio, trazem aspectos relevantes para a pesquisa do desenvolvimento regional. Os principais conceitos e teorias analisadas evidenciam nas regiões subdesenvolvidas a predominância do estruturalismo como sistema analítico, que tem por base a caracterização das economias periféricas ou subdesenvolvidas Vieira (2020), gerados pela baixa diversidade produtiva, reduzida integração horizontal e vertical; insuficiente infraestrutura, especialização em bens primários, heterogeneidade tecnológica, oferta ilimitada de mão-de-obra desqualificada e estrutura institucional incompatível com a acumulação de capital e progresso técnico (BORGES, 2007). Já o desenvolvimento organizacional, precisa acontecer de forma multidimensional desassociado dos modelos padronizados de organizações delimitadas apenas às suas atribuições de acumulação rígida de capital, que tem como foco principal valores como eficiência, controle e resultado, mas muito mais pautadas pelas suas repercussões sociais para o desenvolvimento (FONTOURA; TENÓRIO, 2020; FONTOURA, 2019; CEPAL 2014).

Assim, sob a égide da dimensão territorial, acredita-se que o papel das organizações como agentes fomentadores do desenvolvimento regional, seja fortalecer as relações entre os indivíduos que compõe um determinado território, trabalhar o processo de desenvolvimento organizacional de forma multidimensional, para que este seja capaz de incluir as potencialidades socioeconômicas originais do local e fortalecer a autonomia dos atores sociais da região. Nesse contexto, as organizações passam a adotar um modelo de trabalho com uma visão mais interativa, interdisciplinar, multidimensional e multiescalar com aprofundamento através da contextualização histórica na senda por um processo de desenvolvimento organizacional mais territorializado.

Por fim, enfatiza-se que a discussão teórica deste ensaio apresenta pertinência para a área de pesquisa, considerando-se que as conceituações se baseiam em estudos recentes sobre termos que são relevantes para o desenvolvimento regional.

Como um dos principais constructos deste ensaio, evidencia-se, que o ponto diferencial entre desenvolvimento e subdesenvolvimento reside na maneira pela qual o excedente econômico é apropriado, utilizado e distribuído. E por fim, em uma visão crítica, identifica-se que o desenvolvimento organizacional ainda é pautado em um contexto histórico de uma sociedade capitalista e industrial (unidimensional) que para o cenário histórico atual urge novas perspectivas e possibilidades a partir de uma agenda de pesquisa multidimensional pautada na sociedade, no território, no bem-estar das pessoas, e nas relações econômicas e sociais de forma sincrônica.



Nessa linha, evidencia-se que a partir do momento que as organizações passam a adotar ações de fortalecimento da questão local e regional, e de desenvolvimento organizacional em que estas sejam de forma multidimensional, ela começa a ressignificar o seu papel na comunidade em que está inserida, a qual representa uma nova visão de competitividade além dos pressupostos schumpeterianos envolvendo a competitividade empresarial com um sistema aberto em um território ativo, respeitando as peculiaridades de cada região, podendo ser considerado como um agente propulsor do desenvolvimento regional e de combate das desigualdades sociais.

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Flavia Felix. **(Sub) desenvolvimento e Dependência**: uma abordagem teórico-histórica. *Economia e Desenvolvimento*, v. 30, p. 9, 2018.
- BOAVA, Diego Luiz Teixeira; MACEDO, Fernanda Maria Felício. **Contribuições da fenomenologia para os estudos organizacionais**. *Cadernos Ebape. BR*, v. 9, n. SPE1, p. 469-487, 2011.
- BONNAL, P.; CAZELLA, A. A.; DELGADO, N. G. Contribuições ao estudo do desenvolvimento territorial rural: reflexões metodológicas a partir do caso brasileiro. **Biblio W3 - Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona. Vol XVII, n. 1002, 2012.
- BORGES, Pedro Pereira. **O pensamento político na obra de Celso Furtado**. São Paulo, (dissertação de mestrado). Universidade Católica de São Paulo-PUC, 2007.
- BRANDÃO, Carlos. A busca da utopia do planejamento regional. **Revista paranaense de desenvolvimento**, n. 120, p. 17-37, 2011.
- CEPAL, N. U. **Pactos para a igualdade**: rumo a um futuro sustentável. Síntese. 2014.
- COSTA II, Carlos Roberto Marinho da. **O Subdesenvolvimento Brasileiro**: algumas chaves para sua compreensão. *Temporalis, Brasília (DF)*, ano 20, n. 39, p. 119-131, jan./jun. 2020.
- ETGES, Virgínia E. DEGRANDI, José O. Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional: Blumenau**, vol. 01, n 01, abril, 2013, p. 85-94.
- FONTOURA, Fernando Batista Bandeira da. **Desenvolvimento organizacional multidimensional**: uma perspectiva crítica para o estudo de organizações familiares. 2019. 183 f. 2019. Tese de Doutorado. Tese (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional–Mestrado e Doutorado) – Universidade de Santa Cruz do Sul.
- FONTOURA, Fernando Batista Bandeira da; TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Desenvolvimento Organizacional Multidimensional**: uma perspectiva crítica para os estudos organizacionais. *Redes. Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 25, n. 2, p. 590-609, 2020.
- FURTADO, Celso. **Elementos de uma teoria do subdesenvolvimento**. In: *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, Centro Internacional Celso Furtado, 2009. 234 p. p.147-160



GOMES, Jorge Fornari. **Administração de recursos humanos e desenvolvimento organizacional**. Revista de Administração de Empresas, v. 18, n. 4, p. 25-35, 1978.

GRZYBOVSKI, D. A., et al. Contribuição do desenvolvimento organizacional para promover mudanças na dinâmica dos sistemas sociais. VIII Encontro de Estudos Organizacionais da AMPAD, 8, 2018, Gramado. **Anais...** Gramado: AMPAD, 2014.

KEGAN, D. L. **Organizational development**: description, issues and some research results. The Academy of Management Journal, [S. l.], v. 14, n. 4, p. 453- 464, 1971.

LEITE, Nildes Raimunda Pitombo; DE ALBUQUERQUE, Lindolfo Galvão. **A estratégia de gestão de pessoas como ferramenta do desenvolvimento organizacional**. Revista Ibero Americana de Estratégia, v. 9, n. 1, p. 32-55, 2010.

LENCIONE, Sandra. **Região e geografia**. A fenomenologia e o materialismo histórico nos estudos regionais. São Paulo: Edusp, 1999.

LOBOS, J. **Desenvolvimento organizacional**: teoria e aplicações. Revista de Administração de Empresas, v. 15, n. 3, p. 21-32, maio/ jun. 1975.

NURKSE, Ragnar. **Alguns aspectos internacionais do desenvolvimento econômico**. A economia do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Forense, p. 263-277, 1969.

PIRES, Elson LS. **As lógicas territoriais do desenvolvimento**: diversidades e regulação. Interações (Campo Grande), 2007.

SANTOS, Milton. **Sociedade e espaço**: a formação social como teoria e método. *Petrópolis*: Vozes, 1982.

SIEDENBERG, Dieter Rugard et al. Desenvolvimento sob múltiplos olhares. *Ijuí*: Unijuí, p. 19-100, 2012.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. P. Território e Abordagem Territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes, Campina Grande/PB**, v. 23, n. 01 e 02, p. 99-116, 2006.

SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual: natureza, capital ea produção de espaço. **Rio de Janeiro: Bertrand Brasil**, 1988.

VIEIRA, Rosele Marques. **Desenvolvimento, Subdesenvolvimento e dependência**: uma discussão na visão de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso. 2020.